

19 DEZ 2002

# Procuradores vão ao STF contra ACM e Arruda

*Os dois são denunciados por violação do painel do Senado na sessão que cassou Luiz Estevão*

**B**RASÍLIA — Pouco mais de um ano após terem renunciado para escapar da cassação de seus mandatos, o senador eleito Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e o deputado federal eleito José Roberto Arruda (PFL-DF) voltarão em fevereiro ao Congresso sob o risco de responderem a uma ação criminal no Supremo Tribunal Federal (STF).

Os procuradores da República Celso Trêz e Marcelo Serra Azul denunciaram na terça-feira os dois futuros parlamenta-

res e também a ex-presidente do Serviço de Processamento de Dados do Senado Regina Célia Peres Borges, pela violação do sigilo painel eletrônico do Congresso na sessão em que foi cassado o ex-senador Luiz Estevão, em junho de 2001.

Pelas regras existentes no Congresso, a votação na qual é decidida a cassação de um parlamentar tem de ser secreta. Portanto, os três foram denunciados pelos crimes de supressão de documento público e violação do sigilo funcional.

O caso está atualmente na Justiça Federal de Brasília. Mas, em fevereiro, deverá ser transferido para o STF, que é o órgão responsável por analisar inquéritos e processos criminais movidos contra deputados e senadores. Essa garan-

tia está prevista na Constituição Federal e é conhecida como foro privilegiado.

Com a descoberta da violação do sigilo do painel eletrônico, Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda renunciaram aos seus mandatos de

senador. Com isso, ambos evitaram a cassação de seus mandatos. Na eleição de 6 de outubro, ACM e Arruda foram, respectivamente, o senador e o deputado federal com maior número de votos na Bahia e no Distrito Federal.

Justiça condena